Sociedade e Cultura 6, *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 22 (1-2), 2004, 63-84

PONTOS DE PARTIDA, PONTOS DE CHEGADA: IMPACTO DE VARIÁVEIS SÓCIO-CULTURAIS NO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR

LUÍSA SAAVEDRA *
LEANDRO S. ALMEIDA *
ALBERTINO GONÇALVES *
ANA PAULA SOARES *

RESUMO

Abrangendo a generalidade dos alunos que em 2002/03 se inscreveram na Universidade do Minho (1.ª Fase do Concurso Nacional de Acesso), este estudo analisa o impacto de algumas variáveis demográficas e sócio-culturais dos estudantes em vários dos seus comportamentos e decisões relativos à escolha do curso/universidade. Verificando-se uma progressiva democratização no acesso ao ensino superior, bem como uma maior feminização do seu corpo discente, os resultados obtidos apontam para uma influência estatisticamente significativa por parte de tais variáveis. Os alunos diferenciam-se percentualmente, segundo o sexo, confirmando a influência do género na escolha de cursos. Observa-se, ainda, o efeito da origem sócio-cultural, na escolha dos cursos e da Universidade do Minho.

Introdução

Vários olhares se têm cruzado sobre a escola. Para alguns autores, a escola tem sido pensada como um espaço privilegiado de democratização e de coesão social, enquanto outros apontam, criticamente, a fragilidade de tais princípios e «acusam» a própria escola de reproduzir as desigualdades sociais existentes na sociedade (Bourdieu, 1966; Bourdieu & Passeron, 1970; Giroux, 1994; McLaren, 1986, 1998), no sentido de a origem social, mormente o nível cultural da família, se repercutir no êxito ou no insucesso dos alunos. Para estes autores, mesmo assegurando o acesso generalizado à

* Universidade do Minho.

escolarização, nem todos os alunos possuem as mesmas oportunidades e probabilidades de obter sucesso – ou igual sucesso – na escola, dado que os percursos escolares dos alunos e os níveis de êxito ou insucesso atingidos continuam associados à sua origem social e cultural e às reais condições de vida das respectivas famílias (Saavedra, 2001, 2001a). A este propósito, Cabrito (2001) refere que, apesar da democratização no acesso ao ensino superior, a Universidade parece funcionar mais como um instrumento de «desigualização social», reproduzindo as diferenças sociais já verificadas nos níveis de ensino anteriores. Balsa, Simões, Nunes, Carmo & Campos (2001) também concordam com esta ideia, referindo que o sistema de ensino superior português, para além de espelhar as desigualdades sociais registadas na sociedade portuguesa, tende a reforçá-las numa lógica mais de «reprodução» do que de «promoção» social. Assim, a investigação disponível sugere o impacto de factores escolares e sociais no acesso, frequência e sucesso no ensino superior em Portugal (Almeida, Vasconcelos, Machado, Soares & Morais, 2002; Balsa *et al.*, 2001; Braga da Cruz, Cruzeiro, Ramos, Leandro, Nunes, Matias, Pedroso, Robinson & Cavaco, 1995; Cabrito, 2001; Soares, 2003).

As ilações anteriores, reportadas à origem social e cultural dos alunos, têm sido também extrapoladas na análise do acesso e frequência do ensino superior segundo o sexo de pertença. À medida que subimos no nível de ensino observa-se uma feminização crescente da população discente. Com efeito, estatísticas nacionais e internacionais apontam para uma progressiva procura e frequência do ensino superior por parte das estudantes do sexo feminino. Esta situação, não sendo exclusiva de Portugal, assume no contexto nacional maior incidência (cf. Eurydice, 2003), passando de 31% na década de 70 para cerca de 60% no presente (cf. ME-DGES, 1999). Embora, em termos europeus, o número de mulheres com diplomas universitários seja em média superior ao dos homens, esta diferença é mais pronunciada no contexto português, com uma proporção de sete mulheres por cada quatro homens (cf. Eurydice, 2003). É certo que, tal como referiam Betz e Fritzerald (1987), esta maior representação incide especialmente em alguns domínios ou áreas educativas e profissionais, encontrando-se as ciências e as engenharias, por exemplo, menos feminizadas. Esta situação confirma a influência do género nas escolhas dos cursos e das carreiras profissionais. A tendência actual aponta, contudo, no sentido de uma maior dispersão nas escolhas vocacionais levadas a cabo pelo sexo feminino. Com efeito, apesar de minoritárias em cursos tradicionalmente associados ao sexo masculino, como as tecnologias, as ciências e a informática, a taxa de frequência das estudantes do sexo feminino nesses cursos é superior à correspondente aos estudantes do sexo masculino em cursos tradicionalmente associados ao sexo feminino (cf. Braga da Cruz *et al.*, 1995; Eurydice, 2003; Gago, Amaral, Grácio, Rodrigues, Fernandes, Ruivo, Ambrósio, Silva, Duarte, Teixeira,

Proença, Alves & Lisboa, 1994; ME-DGES, 1999). Este fenómeno é, aliás, consistente com alguma literatura do domínio vocacional, observando-se uma maior abertura e flexibilidade de escolhas por parte dos estudantes do sexo feminino (Betz & Hackett, 1997; Dawson-Threat & Huba, 1996; Gianakos & Subich, 1988; Gottfredson, 1981; Lackland & DeLisi, 2001).

Considerando as ilações anteriores, com este trabalho pretendemos caracterizar em termos sociais e académicos os alunos e alunas que frequentam a Universidade do Minho, na esperança de que alguns dos resultados obtidos possam proporcionar algum contributo à problemática das desigualdades perante o sistema de ensino decorrentes da origem social e do género, pelo menos no que respeita a um dado momento do percurso escolar: o ingresso no ensino superior.

O inquérito promovido neste âmbito faculta-nos elementos que permitem a caracterização da proveniência geográfica, da origem social e do sexo dos alunos e alunas abrangidos, bem como a aferição da influência destes factores sobre: (i) a escolha e priorização da universidade e do curso; (ii) a nota de candidatura para ingresso na universidade e (iii) as razões invocadas para a escolha da Universidade do Minho e (iv) a posição, no processo de candidatura em que escolheram a Universidade e o curso.

Método

Amostra

O universo da pesquisa é composto pelos alunos e alunas dos diversos cursos leccionados pela Universidade do Minho, matriculados/as no 1.º ano em 2002/03, que foram alvo da administração, faseada no tempo, de vários inquéritos. A amostra do primeiro inquérito, a que se refere principalmente o presente artigo, comportou 1768 alunos, tendo-se aproximado da exaustividade (1.ª Fase do Concurso Nacional de Acesso) em virtude do questionário ser aplicado no momento em que os alunos efectuavam a sua inscrição. Dos 1760 alunos/as com respostas válidas (cf. quadro 1), 1018 (57.8%) são do sexo feminino e 742 (42.2%) do sexo masculino. A média das idades dos alunos/as é de 18.7, sendo a idade mais frequente de 18 anos (53.9%).

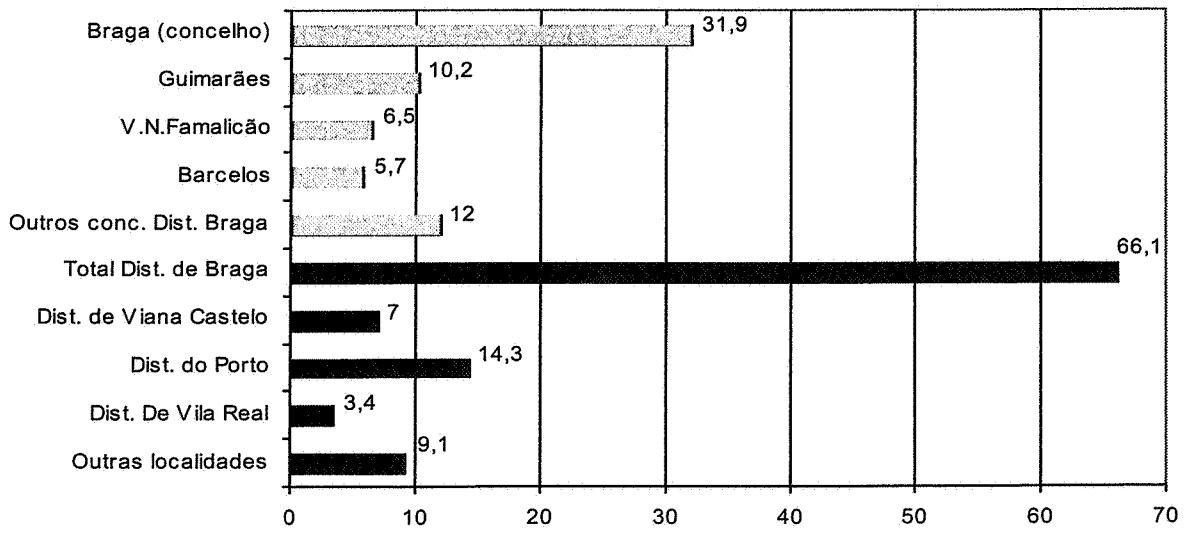
QUADRO 1. Distribuição dos alunos e alunas por sexo e idade

Grupo etário		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Até 17 anos	*Efectivos*	100	161	261
	%	5.7	9.1	14.8
18 anos	*Efectivos*	375	574	949
	%	21.3	32.6	53.9
19 anos	*Efectivos*	137	152	289
	%	7.8	8.6	16.4
20 anos	*Efectivos*	57	65	122
	%	3.2	3.7	6.9
21 anos	*Efectivos*	20	14	34
	%	1.1	0.8	1.9
22 anos	*Efectivos*	9	11	20
	%	0.5	0.6	1.1
23 anos ou mais	*Efectivos*	27	30	57
	%	1.5	1.7	3.2
Não assinalada	*Efectivos*	17	11	28
	%	1.0	0.6	1.6
Total	*Efectivos*	742	1018	1760
	%	42.2	57.8	100

Perto de nove em cada dez alunos (86.5%) têm menos de 20 anos de idade (cf. quadro 1), o que explica, em parte, a reduzida taxa de alunos que exercem uma actividade profissional: 6.2% (2.7% a tempo inteiro e 3.5% a tempo parcial). Precise-se que este valor sobe para 7.8% se nos ativermos aos alunos, descendo para 5.1% no caso das alunas.

No que respeita à proveniência geográfica (cf. gráfico 1), os alunos e alunas que frequentam a Universidade do Minho residem predominantemente no distrito de Braga (66.2%). Seguem-se com maior frequência de alunos os distritos do Porto (14.4%) e Viana do Castelo (7.1%). Os restantes distritos da Zona Norte (Aveiro, Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu) contribuem com 9.4% dos alunos. A Zona Centro/Sul (distritos de Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém), bem como as Ilhas e os países PALOPs têm uma representação residual: respectivamente, 1.8% e 1.1% de alunos.

GRÁFICO 1. Proveniência geográfica dos alunos



Procedimento

Os dados foram recolhidos através de um inquérito administrado individualmente aos alunos à medida que eles contactavam com os funcionários da Universidade do Minho envolvidos na sua inscrição. Um elemento da equipa de investigação estava presente explicando aos alunos o objectivo do inquérito e a garantia da confidencialidade dos elementos sócio-culturais recolhidos. A par destas informações, os alunos respondiam a questões relativas ao seu percurso escolar anterior, às suas opções em termos de curso/estabelecimento de ensino, e às razões de escolha da Universidade do Minho. Face aos objectivos deste trabalho, caracterizaremos os alunos e alunas em termos da sua proveniência geográfica, do nível de habilitações do agregado familiar, dos cursos escolhidos, da nota de candidatura ao ensino superior, das razões invocadas para escolha da Universidade do Minho, e do lugar do curso e estabelecimento em termos das suas opções.

Resultados

Sexo/género e origem social

A distribuição dos alunos por sexo (como já vimos na constituição da amostra) vai de encontro aos resultados já conhecidos em Portugal e noutros países ocidentais (Eurydice, 2003). Com efeito verifica-se uma supremacia considerável do sexo feminino (N=1018; 57.8%).

No que se refere à idade média, não se verificam diferenças significativas em função do sexo: 18.7 anos nos alunos e 18.6 anos nas alunas.

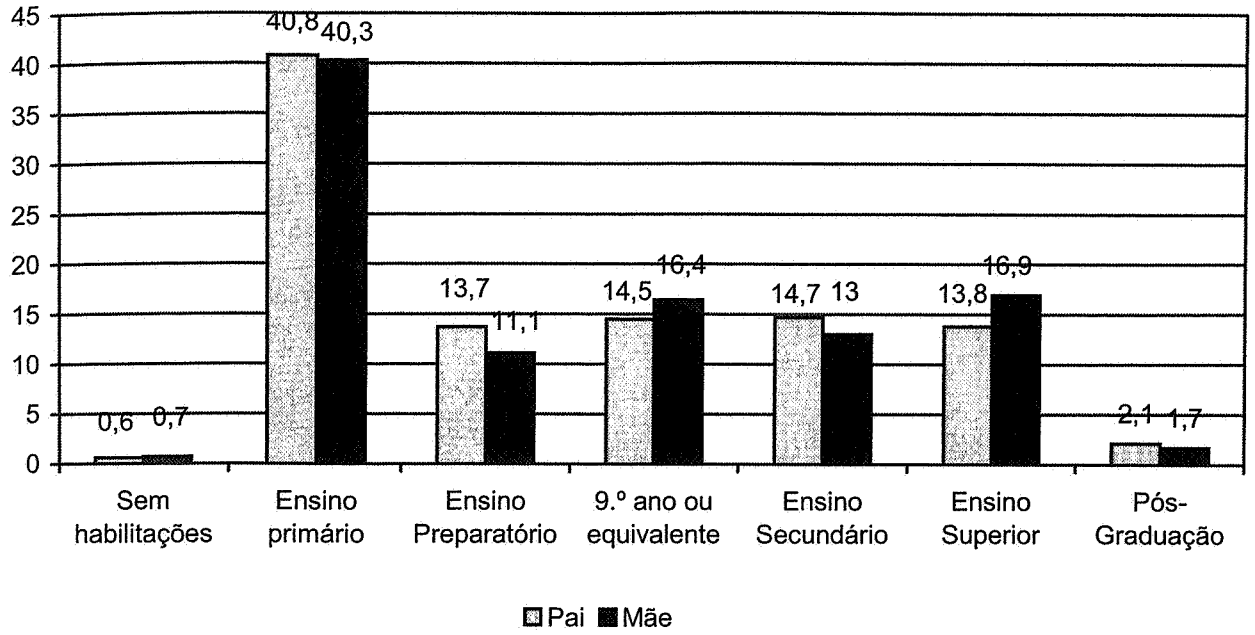
Para o estudo da influência da origem social, é conveniente complementar, e até cruzar, a variável nível de ensino dos pais com a variável correspondente à respectiva categoria profissional. Acontece que o inquérito administrado na primeira fase não contemplava um leque suficiente de perguntas acerca da profissão dos pais para alicerçar uma categorização profissional minimamente rigorosa. Nestas circunstâncias, optou-se por prescindir desta variável no que toca aos resultados deste inquérito. Estas lacunas foram colmatadas num segundo inquérito, administrado, alguns meses depois, a uma amostra mais pequena, mas que, mesmo assim, comportava 547 alunos, sendo 376 do sexo feminino. Nestas circunstâncias, o constrangimento decorrente da insuficiente identificação da categoria profissional dos pais no primeiro inquérito fica, a nosso ver, minorado por três motivos: 1) existe uma associação forte entre as habilitações literárias e a categoria profissional dos pais (V=.47; p<.001), o que torna estas duas variáveis praticamente intermutáveis (cf. quadro 2) ao nível dos comportamentos considerados neste estudo, a capacidade explicativa do nível de ensino suplanta, normalmente, a correspondente à categoria profissional; 3) por último, sempre que adequado, é possível o recurso, em jeito de substituição, aos resultados facultados pela administração do segundo inquérito.

QUADRO 2. Distribuição dos alunos por habilitações literárias e categoria profissional do pai

			Habilitações literárias do pai				
			semhab/ 1°ciclo	2° 3° ciclos	secundário	superior	Total
Categoria profissional do pai	Directores, quad. sup., prof. liberais, téc. e cient.	Efectivos	5	4	9	55	73
		% por linha	6,8%	5,5%	12,3%	75,3%	100,0%
		% por coluna	2,5%	2,9%	12,3%	67,9%	14,7%
	Empresários e patrões, com ou sem assalariados	Efectivos	56	44	20	6	126
		% por linha	44,4%	34,9%	15,9%	4,8%	100,0%
		% por coluna	27,7%	31,4%	27,4%	7,4%	25,4%
	Prof. técnicas intermédias	Efectivos	1	11	16	14	42
		% por linha	2,4%	26,2%	38,1%	33,3%	100,0%
		% por coluna	,5%	7,9%	21,9%	17,3%	8,5%
	Pessoal administrativo	Efectivos	9	15	8	2	34
		% por linha	26,5%	44,1%	23,5%	5,9%	100,0%
		% por coluna	4,5%	10,7%	11,0%	2,5%	6,9%
	Trabalhadores de produção, da agric. e serv. pess. e domést.	Efectivos	91	39	6	1	137
		% por linha	66,4%	28,5%	4,4%	,7%	100,0%
		% por coluna	45,0%	27,9%	8,2%	1,2%	27,6%
	Desempregados	Efectivos	12	9	5		26
		% por linha	46,2%	34,6%	19,2%		100,0%
		% por coluna	5,9%	6,4%	6,8%		5,2%
	Reformados ou incapacitados	Efectivos	24	10	4	2	40
		% por linha	60,0%	25,0%	10,0%	5,0%	100,0%
		% por coluna	11,9%	7,1%	5,5%	2,5%	8,1%
	Outras situações	Efectivos	4	8	5	1	18
		% por linha	22,2%	44,4%	27,8%	5,6%	100,0%
		% por coluna	2,0%	5,7%	6,8%	1,2%	3,6%
Total		Efectivos	202	140	73	81	496
		% por linha	40,7%	28,2%	14,7%	16,3%	100,0%
		% por coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Observando as frequências e percentagens obtidas no gráfico 2, podemos afirmar que uma maior percentagem de alunos e alunas da Universidade do Minho são provenientes de agregados familiares com fracas habilitações escolares. Com efeito, quase 50% dos agregados familiares possuem menos de 6 anos de escolaridade. Ao mesmo tempo, são pouco mais de 20% os agregados familiares em que um dos pais, ou ambos, possuem formação superior. Depreende-se, daqui, que a larga maioria dos alunos que iniciam a frequência da Universidade do Minho não possuem, nos seus progenitores, referências de frequência do Ensino Superior.

GRÁFICO 2. Habilitações literárias dos pais



Quanto ao sexo, os resultados do inquérito revelam uma diferenciação significativa dos alunos e alunas ($\chi 2=39.17$; $p<.001$) segundo o sexo e as habilitações literárias dos pais (do pai, $V=.116$; da mãe ($V=.124$; $p<.001$); e no caso da variável composta «nível de ensino mais elevado dos pais» ($V=.117$ e $p<.001$). De uma forma geral, as alunas são oriundas de um agregado familiar com menores habilitações académicas (cf. quadro 3): 32.8% das alunas têm pais cujo diploma mais elevado não ultrapassa o ensino primário (contra 25.9% dos alunos). No que respeita aos 2.º e 3.º ciclos, a diferença persiste, embora com menor amplitude (32.4% contra 28.2%).

QUADRO 3. Distribuição por sexo e habilitações literárias dos pais

			Sexo		
			M	F	Total
Nível de ensino mais elevado dos pais	semhab/1ºciclo	Efectivos	188	329	517
		% por linha	36,4%	63,6%	100,0%
		% por coluna	25,9%	32,8%	29,9%
	2º 3º ciclos	Efectivos	205	325	530
		% por linha	38,7%	61,3%	100,0%
		% por coluna	28,2%	32,4%	30,6%
	secundário	Efectivos	125	145	270
		% por linha	46,3%	53,7%	100,0%
		% por coluna	17,2%	14,5%	15,6%
	superior	Efectivos	209	204	413
		% por linha	50,6%	49,4%	100,0%
		% por coluna	28,7%	20,3%	23,9%
Total		Efectivos	727	1003	1730
		% por linha	42,0%	58,0%	100,0%
		% por coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Retomando a questão da relação entre género e origem social, comprova-se que a distribuição segundo a categoria profissional do pai corrobora as tendências delineadas a propósito das habilitações literárias (V=.16; p<.05). São as categorias mais desfavorecidas que fornecem as maiores percentagens de alunas (cf. quadro 4): os trabalhadores de produção, da agricultura e serviços pessoais e domésticos, com 73.6%; os desempregados e os reformados, com 72.7%; e os empresários e patrões, cuja maioria é composta por trabalhadores por conta própria, artesãos e pequenos comerciantes, com 71.4%. Já nos directores, quadros superiores, nas profissões liberais, técnicas e científicas (57.3%) e nas profissões técnicas intermédias (52.3%) o desequilíbrio entre sexos tende a esbater-se.

QUADRO 4. Distribuição por sexo e categoria profissional do pai

			Sexo		Total
			M	F	
categoria profissional do pai	Directores, quad. sup., prof. liberais, téc. e cient.	Efectivos	32	43	75
		% por linha	42,7%	57,3%	100,0%
		% por coluna	19,8%	12,4%	14,7%
	Empresários e patrões, com ou sem assalariados	Efectivos	36	90	126
		% por linha	28,6%	71,4%	100,0%
		% por coluna	22,2%	25,9%	24,7%
	Prof. técnicas intermédias	Efectivos	21	23	44
		% por linha	47,7%	52,3%	100,0%
		% por coluna	13,0%	6,6%	8,6%
	Pessoal administrativo	Efectivos	12	25	37
		% por linha	32,4%	67,6%	100,0%
		% por coluna	7,4%	7,2%	7,3%
	Trabalhadores de produção, da agric. e serv. pess. e domést.	Efectivos	37	103	140
		% por linha	26,4%	73,6%	100,0%
		% por coluna	22,8%	29,6%	27,5%
	Desempregados, reformados e outras situações	Efectivos	24	64	88
		% por linha	27,3%	72,7%	100,0%
		% por coluna	14,8%	18,4%	17,3%
Total		Efectivos	162	348	510
		% por linha	31,8%	68,2%	100,0%
		% por coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Em suma, da leitura dos resultados constantes no quadro 4 e, de uma forma mais clara, no quadro 3, pode concluir-se que, no caso dos alunos do 1.º ano da Universidade do Minho em 2002/2003, o essencial do desequilíbrio entre os sexos tem a sua origem nas classes mais desfavorecidas e nas famílias com menos habilitações literárias.

Proveniência geográfica por sexo

A distribuição dos alunos pela sua proveniência geográfica (cf. quadro 5) confirma a intensa regionalização do recrutamento dos alunos pelas universidades portuguesas, que, assinale-se, não é específica à Universidade do Minho.

QUADRO 5. Deslocados (%) por proveniência geográfica e sexo (previsão)

Proveniência geográfica	Alunos	Alunas	Total	Cramer's V	Sig. aprox.
Barcelos	57.1	57.9	57.6	.01	.947
Braga (concelho)	12.6	16.3	14.6	.05	.242
Guimarães	20.5	31.9	25.6	.13	,098
V. N. Famalicão	35.1	44.4	41.0	.09	.361
Dist. de Braga (outros concelhos)	35.4	51.4	44.7	.16	.030
Dist. de Aveiro	100.0	95.8	97.8	.14	.344
Dist. do Porto	70.5	74.4	72.8	.04	.513
Dist. de Viana do Castelo	86.5	95.9	92.8	.17	.069
Dist. de Vila Real	95.7	96.8	96.3	.03	.829
Outras proveniências	97.6	100.0	99.0	.12	.246
Total	44.6	53.7	49.9	.09	.000

Metade dos alunos (49.9%) previa, por altura da matrícula, «sair de casa» para frequentar o curso, sendo esta probabilidade de deslocação maior nas alunas (53.7%) do que nos alunos (44.6). Embora a análise da associação entre as variáveis sexo e proveniência geográfica não se tenha revelado estatisticamente significativa ($\chi 2=6.97$; $p=0.32$), uma análise mais precisa (cf. quadro 5), revela que a diferença não é, efectivamente, significativa nem nos concelhos mais próximos da Universidade do Minho (Braga, Barcelos, V. N. de Famalicão e, em menor grau, Guimarães), nem nos mais distantes (distritos de Aveiro, Porto e Vila Real, «outras proveniências» e, em menor grau, Viana do Castelo), mas que já se torna significativa ($p<.05$) no caso dos demais concelhos do distrito de Braga, um pouco mais distantes ou com piores acessibilidades de que os primeiros, mas mais próximos do que os segundos. Esta localização da diferenciação na «média distância» remete, decerto, para constrangimentos, disposições e ponderações algo selectivos em termos de género, quer por parte das famílias, quer por parte dos próprios alunos.

Convém ressaltar que esta análise se refere à previsão de «saída de casa» formulada pelos próprios alunos no momento da matrícula. Em muitos casos, não se trata, ainda, de uma deslocação efectivamente consumada. Subsiste, assim, algum risco de mistura do desejo com a realidade, o que,

a verificar-se, remeteria toda a argumentação para o domínio da fábula. Sucede que as tendências detectadas são confirmadas, e até reforçadas, pelos resultados decorrentes da administração, alguns meses depois, de um novo inquérito a uma amostra mais pequena, composta por 547 alunos (376 do sexo feminino): 57.8% destes alunos tinham, de facto, «saído de casa» (7,9 pontos percentuais acima das «previsões»). Este valor ascendia nas alunas a 61.7%, bem acima dos 49.1% correspondentes aos alunos ($V=0.12$; $p<.01$).

Escolha da U.M. e do curso por sexo e origem social

Considerando as opções dos alunos e alunas a nível do curso e do estabelecimento de ensino no Concurso Nacional do Ensino Superior, verificamos que a Universidade do Minho correspondeu à 1.º opção para 72.4% e como 2.ª opção para 13.8% dos alunos e alunas, aparecendo como 3.ª opção para 6.3% dos alunos/as e para 6.3% a nível de 4.ª opção ou superior. Por sua vez, no que diz respeito ao curso superior que actualmente frequentam, 70.6% dos/as alunos/as frequentam um curso de 1.ª escolha, situando-se 13.7% dos alunos/as na sua 2.ª escolha (6.3% referem que o seu curso se situa na 3.ª escolha e para 9.3% ficou para além da 3.ª escolha).

Importa referir que a diferença entre os sexos, no que diz respeito à escolha desta Universidade, se mostrou muito próxima da significância estatística ($\chi 2=9.38$; $p=.052$), havendo uma maior percentagem de raparigas colocadas, por um lado, na sua 1.ª opção (73.2% contra 71.6%), mas também, por outro lado, para além da 3.ª opção (7.5% contra 4.9%). Quanto à escolha do curso, o coeficiente do Qui-Quadrado obtido mostra-se já estatisticamente significativo ($\chi 2=9.075$; $p<.05$), entrando as raparigas maioritariamente em cursos de 1.ª escolha (74.0% contra 68.1%).

Reportando-nos aos factores que os alunos e alunas invocam para justificar a sua opção pela Universidade do Minho, a principal razão prende-se com a percepção da «qualidade do seu ensino» (80.7%), emergindo em segundo lugar – embora com um valor percentual muito próximo – «a proximidade geográfica» da residência (79.6%). Com uma diferença considerável para os dois primeiros factores, aparece a «média de entrada acessível» (46%), havendo ainda 25,8% dos alunos e alunas a mencionar a «vida académica extracurricular», o «estar com os amigos e colegas» (21%) e, em último lugar, os «recursos económicos» possuídos (18%).

Se analisarmos estes indicadores de escolha da Universidade do Minho, tendo em conta, por um lado, o sexo e, por outro, a origem social da família, verificamos que existem diferenças significativas entre as várias amostras. No que diz respeito ao género (cf. quadro 6), os rapazes são significativamente mais influenciados na escolha desta universidade pela «qualidade do ensino», pela importância que conferem ao «estar com os amigos e colegas»,

pela «vida académica e extracurricular» e pelo desejo de «sair de casa». As raparigas são significativamente mais influenciadas pelos «recursos económicos possuídos» e pela «média de entrada acessível». No que diz respeito à «proximidade geográfica» não existem diferenças significativas entre alunos e alunas.

QUADRO 6. Distribuição das razões da escolha da Universidade do Minho por sexo

	Feminino	Masculino
Proximidade geográfica	U=3666685.0; p=.13; g.d.=891.3	U=3666685.0; p=.13; g.d.=865.7
Qualidade de ensino	U=362047.0; p<.05; g.d.=865.2	U=362047.0 p<.05; g.d.=901.57
Amigos	U=353577.0; p<.001; g.d.= 856.8	U=353577.0; p<.001;g.d.=913.0
Aspecto económico	U=357242.0; p<.01; g.d.=900.6	U=357242.0; p<.01; g.d. 852.9
Vida académica	U=354643.0; p<.01; g.d.=857.9	U=354643.0; p<.01; g.d.=911.6
Sair de casa	U=369328.0; p<.01; g.d.=872.3	U=369328.0; p<.01; g.d.=891.8
Média acessível	U=346957.0; p<.001; g.d.=910.7	U=346957.0; p<.001; g.d.=839.1

A origem social do agregado familiar parece, também, exercer influência no modo como os alunos e alunas pesam os diversos factores na escolha da Universidade do Minho. Para uma apreciação do estatuto sócio-cultural das famílias (cf. quadros 7 a 11) considerámos a habilitação académica dos pais e das mães tendo em conta o elemento (pai ou mãe) com maior habilitação académica ou uma habilitação académica intermédia entre as duas nos casos de grandes discrepâncias.

O factor «proximidade geográfica» distingue significativamente os alunos e alunas cujo agregado familiar tem as mais baixas habilitações escolares (analfabetos e 1.° ciclo) dos que têm uma licenciatura, sendo os primeiros os que mais valorizam este atributo (U= 83205.0; p<.01; graduação média do agregado familiar analfabeto ou com 1.° ciclo=448.51 e do agregado familiar com licenciatura =414.38). Por sua vez, a «qualidade de ensino» (cf. quadro 7) é, de uma forma genérica, tanto mais valorizada quanto maiores são as habilitações do agregado familiar.

QUADRO 7. Qualidade de ensino pela origem social do agregado familiar

	2° ciclo	Ens. secundário	Ens. superior
1° ciclo	U=72909.5; p<0.5 g.m.1° ciclo=401.8 g.m. 2°ciclo=429.84	U=50574.5 p<.05 g.m.1°ciclo=359.3 g.m.E.Sec.=386.55	U=82441.0 p<.01 g.m.1°ciclo=420.0 g.m. E. Sup=458.9
2° ciclo		U=31346.o p<.05 g.m.2°ciclo=259.3 g.m.E.Sec.=277.80	U=51100.0 p<.01 g.m.2°ciclo=320.25 g.m.E.Sup=347.95

O «aspecto económico» (cf. quadro 8) é, de uma forma geral, considerado tanto mais importante quanto mais baixas são as habilitações do agregado familiar, podendo ser reflexo de percepções dos alunos e alunas face a esforços económicos familiares acrescidos devido à frequência do ensino superior e aos consequentes gastos que acarreta.

QUADRO 8. «Aspecto económico» pela origem social do agregado familiar

	Ens. Secundário	Ens. superior	Pós-graduação
1°ciclo	U=48217.0 p<.001 g.m. 1° cic=379.2 g.m.E.sec=336.3	U=75281.0 p<.001 g.m. 1° cic =463.6 g.m.E. sup=391.3	U=9742.5 p<.01 g.m. 1° cic= 289.4 g.m.PG=239.50
2° ciclo	U=30004.0 p<.01 g.m. 2° cic =277.9 g.m. E.sec =248.8	U=46868.0 p<.001 g.m. 2° cic =361.9 g.m. E. sup =308.7	U=6066.0 p<.01 g.m. 2° cic =188.8 g.m.P.G=157.8
3° ciclo		U=45498.0 p<.001 g.m.3°cic.=340.8 g.m. E. sup =304.8	U=5892.0 p<.05 g.m.=174.7 g.m.P.G=153.9

Por oposição ao aspecto económico, a «vida académica» proporcionada pela Universidade do Minho parece ser tanto mais valorizada quanto mais elevadas são as habilitações académicas do agregado familiar (cf. quadro 9).

QUADRO 9. «Vida académica» pela origem social do agregado familiar

	2° ciclo	3° ciclo	Ens. Secundário	Ens. superior	Pós-graduação
1°ciclo	U=79864.5 p<.05 g.m.1°cic=415.1 g.m.2°cic=441.0	U=71791.5 p<.01 g.m.1°cic =399.7 g.m.3°cic=433.6	U=46209.0 p<.001 g.m.1°cic =351.0 g.m.E.Sec=407.3	U=7846.2 p<.001 g.m. 1°cic=412.5 g.m.E.Sup=469.4	U=8460.0 p<.001 g.m.1°cic =279.1 g.m.PG=360.0
2° ciclo			U=30572.0 p<.05 g.m. 2°cic =256.8 g.m. E.Sec=281.5	U=51820.0 p<.05 g.m.2°cic =322.4 g.m.E.Sup=345.9	U=5665.5 p<.01 g.m.2°cic =179.9 g.m. PG=221.1
3°ciclo					U=5353.0 p<.01 g.m.3°Cic=167.4 g.m. PG=202.0
Ens. sup					U=6558.0 p<.05 g.m.E.Sup=191.5 g.m. PG=221.3

Igualmente, o facto da entrada para a Universidade representar uma possibilidade de se afastarem do ambiente familiar (cf. quadro 10) parece ser tanto mais valorizado quanto maiores forem as habilitações académicas dos pais.

QUADRO 10. «Sair de casa» pela origem social do agregado familiar

	Ens. superior
1° ciclo	U=86055.0 p<.01 g.m.1°cic.=426.9 g.m.E. Sup=447.34
2° ciclo	U=53580.0 p<.05 g.m. 2°cic.=327.9 g.m. E. Sup =340.7
3° ciclo	U=48758.0 p<.01 g.m. 3°cic.=313.1 g.m. E. Sup =328.8

Finalmente, as «médias de acesso», parecem funcionar do mesmo modo que o «aspecto económico»: quanto mais baixas as habilitações dos pais, mais importante se torna a média de acesso na justificação das escolhas dos alunos (cf. quadro 11).

QUADRO 11. «Médias de acesso» pela origem social do agregado familiar

	Ens. Secundário	Ens. superior	Pós-graduação
1° ciclo	U=47158.0 p<.01 g.m. 1°cic.=381.2 g.m. E.sec =331.2	U=79840.5 p<.001 g.m. 1°cic.=454.9 g.m. E. sup =404.6	U=8752.5 p<.001 g.m. 1°cic.=291.3 g.m. P.G.=217.5
2° ciclo	U=30698.0 p<.05 g.m. 2°cic.=275.8 g.m. E.sec =252.1		U=5746.5 p<.01 g.m. 2°cic.=189.8 g.m. P.G.=150.7
3° ciclo			U=5320.5 p<.01 g.m. 3°cic.=176.7 g.m. P.G.=141.2

De todas as razões invocadas para a escolha da Universidade do Minho, a única que não apresentou diferenças estatisticamente significativas, em função da origem social do agregado familiar, foi o «estar com os amigos».

A escolha dos cursos em função do sexo e da origem social

A distribuição de rapazes e raparigas pela frequência dos diferentes cursos da Universidade do Minho, revela-se como estatisticamente significativa ($\chi 2 = 43{,}282$, $p<.001$), seguindo os domínios considerados tipicamente femininos e masculinos (Betz & Fitzgerald, 1987; Gottfredson, 1981, 2002), ou seja, com uma predominância das raparigas nos cursos de humanidades e ligados ao ensino, e dos rapazes nas engenharias.

Levando em consideração a frequência maioritária por um ou outro sexo, os vários cursos existentes na Universidade do Minho poderiam, então, ser classificados em «cursos femininos» e «cursos masculinos» (cf. quadro 12), podendo ser considerados neutros (se considerássemos uma oscilação apenas em torno de 5% a favor de um ou outro sexo) os de Economia (52% para o sexo feminino e 49% para o sexo masculino), de Engenharia Biomédica (50% para ambos os sexos) e de Química – Ramo Têxteis (52% para o sexo feminino e 48% para o sexo masculino). Para além destes cursos, apenas os cursos de Ensino de Português-Francês, Ensino de História, Medicina e Informática de Gestão não atingem 70% de alunos de um ou outro sexo.

QUADRO 12. Categorização dos cursos segundo a frequência por sexos

"Cursos femininos"	*"Cursos masculinos"*
Eng. Têxtil – 100%	Eng. Mecânica – 97%
Ensino de Português/Alemão – 100%	Eng. Electrónica Industrial – 96%
Educação de Infância – 98%	Eng. de Sistemas e Informática – 93%
Línguas Estrangeiras Aplicadas – 95%	Eng. das Comunicações – 89%
Ensino Básico-1º Ciclo – 94%	Física – 77%
Química- Matérias Plásticas – 92%	Eng. Civil – 74%
Física e Química (ensino) – 91%	Matemática e C. Computação – 72%
Biologia e Geologia (ensino)- 91%	História (arqueologia) – 70%
Ensino de Português – 90%	Informática de Gestão - 68%
Educação – 88%	
Ensino de Português/Inglês – 86%	
Comunicação social – 85%	
Psicologia – 82%	
Sociologia – 81%	
Ensino de Matemática – 80%	
Relações Internacionais – 79%	
Direito – 75%	
Eng. Biológica – 73%	
Geologia – 71%	
Ensino de Português/Francês- 67%	
História (ensino)- 65%	
Medicina – 64%	

Para além das características geralmente atribuídas a cursos ou profissões sexualmente tipificados, outros aspectos podem ser salientados tais como uma maior variedade de cursos escolhidos pelo sexo feminino e o seu alargamento para além dos cursos ligados ao ensino ou que envolvam uma relação de ajuda. Esta afirmação merece ser relativizada dada a clara maioria de alunas na nossa amostra, no entanto é de salientar uma maior percentagem de alunas nos cursos de Química (Ramo de Matérias Plásticas), Engenharia Biológica e Engenharia Têxtil, este último com poucas alunas inscritas. Em sentido inverso ao esperado encontra-se o curso de História (Ramo Arqueologia), com uma maior representação masculina. A este propósito parece oportuno referir que em termos de escolhas vocacionais (e de uma forma geral em outras dimensões de desenvolvimento pessoal), o género se apresenta como mais «rígido» para o sexo masculino do que para o sexo feminino. Poder-se-ia dizer que é mais facilmente aceite pela sociedade que uma rapariga enverede por um curso considerado tipicamente feminino do que o inverso para um elemento do sexo masculino (Maccoby, 1980; Shaffer, 1994).

Tendo por base de fundamentação um estudo realizado em 1998 por José Manuel de Oliveira Mendes, que constatou que apenas 8.1% dos rapazes cujos pais eram operários conseguiam obter formação superior contra 19.5% das raparigas, pretendemos verificar até que ponto a origem social do agregado familiar influencia o tipo de cursos escolhidos por ambos os sexos. Para o efeito, consideramos os rapazes e as raparigas cujos pais e mães possuíam maiores habilitações literárias (curso superior ou pós-graduação) e aqueles cujos progenitores possuíam as mais baixas habilitações literárias (sem habilitação literária, 1.° ciclo do ensino básico ou 2.° ciclo do ensino básico). Para maior facilidade de leitura, colocamos lado a lado os rapazes cujo agregado familiar possui as mais altas e mais baixas habilitações académicas (cf. quadro 13), tendo sido utilizado o mesmo processo para o sexo feminino (cf. quadro 14).

QUADRO 13. Distribuição dos rapazes de origem social alta e baixa pelos diferentes cursos

Rapazes com agregado familiar ao nível do ensino superior e pós-graduação		*Rapazes com agregado familiar ao nível do 1° e 2° ciclo do ensino básico*	
Curso	Frequência Percentagem	Curso	Frequência Percentagem
Eng de Sist. e Informát.	N=35; 17.9%	Engenharia Civil	N=35; 11.5%
Engenharia Civil	N=30; 15.3%	Eng de Sist. e Informát	N=31; 10.2%
Informática de gestão	N=13; 6.6%	Informática de gestão	N=31; 10.2%
Matem. Ciênc Comput	N=12; 6.1%	Eng. Elect. Industrial	N=25; 8.2%
Eng. Elect. Industrial	N=6; 3.1%	Eng. Mecânica	N=21; 6.9%
Psicologia	N=6; 3.1%	Economia	N=15; 4.9%

No caso dos elementos do sexo masculino, tanto nos provenientes de meio sócio-culturais mais favorecidos como nos menos favorecidos, os cursos frequentados são praticamente os mesmos. No caso dos elementos do sexo feminino, as diferenças na escolha do curso tornam-se mais notórias realçando-se no caso das alunas com uma origem social mais desfavorecida uma orientação para cursos socialmente menos valorizados e economicamente menos bem remunerados, embora seja igualmente de considerar que este panorama se pode explicar pelo facto de as raparigas considerarem um leque mais alargado de escolhas do que os elementos do sexo masculino.

QUADRO 14. Distribuição das raparigas de origem social alta e baixa pelos diferentes cursos

Raparigas com agregado familiar ao nível do ensino superior e pós-graduação		*Raparigas com agregado familiar ao nível do 1º e 2º ciclo do ensino básico*	
	Frequência Percentagem		Frequência Percentagem
Psicologia	N=21; 9.9%	Direito	N=34; 6.3%
Direito	N=19; 9.9%	Comunicação social	N=24; 5.4%
Comunicação social	N=11; 5.7%	Educação Infância	N=24; 4.4%
Biologia	N=10; 5.2%	Economia	N=22; 4.1%
Arquitectura	N=9; 4.7%	Língua Est. Aplicada	N=20; 3.7%
		Administração Pública	N=19; 3.5%
		Psicologia	N=19; 3.5%
		Ensino Matemática	N=18; 3.3%
		Ensino Português	N=18; 3.3%
		Ensino Port. e Francês	N=18; 3.3%
		Gestão	N=18; 3.3%
		Educação	N=16; 3.0%
		Engenharia Civil	N=16; 3.0%

Nota de candidatura em função do sexo e origem social

Quanto à nota de candidatura à U.M., verifica-se que a nota mais frequente é de 14 valores (N=112; 6.3%), numa escala de 0 a 20 valores, e a mais elevada é de 19.7 valores.

Analisando as médias de candidatura em função do sexo e da origem social (cf. quadro 15), constatamos que as alunas obtêm sempre, independentemente das diferentes habilitações escolares dos pais, uma média superior à dos seus colegas do sexo oposto com o mesmo nível de habilitação.

QUADRO 15. Nota de candidatura por sexo e habilitações literárias dos pais

Nível de ensino mais elevado dos pais		Sexo		Totais
		Masculino	Feminino	
Até 4 anos de escolaridade	*Efectivos*	175	305	480
	Média	138.9	144.8	142.7
2º e 3º ciclos	*Efectivos*	197	311	508
	Média	139.5	146.5	143.7
Secundário	*Efectivos*	115	136	251
	Média	143.1	149.8	146.7
Superior	*Efectivos*	164	180	344
	Média	145.6	157.2	151.7
Pós-graduação	*Efectivos*	32	16	48
	Média	150.4	154.5	151.8
Totais	*Efectivos*	683	948	1631
	Média	141.9	148.6	145.8

A realização do *test t de student* entre a nota de candidatura e o sexo apresenta como significativa a diferença entre os sexos (t=-7.459; p=.000), e os valores nas médias (141.95 para o sexo masculino e 148.51 para o sexo feminino) indicam que as notas de candidatura das raparigas superaram as dos rapazes. O quadro 16 comprova que, mesmo discriminando os Conselhos de Cursos, esta diferença se mantém (exceptuando o caso pouco expressivo, só com 3 alunos do sexo masculino, do Conselho de Cursos de Educação Infantil e Básica).

QUADRO 16. Nota de candidatura por sexo e conselho de cursos

Conselho de Cursos		Sexo		Totais
		Masculino	Feminino	
Ciências Naturais	*Efectivos*	108	181	289
	Média	146.8	154.1	151.4
Ciências Económicas, Empresariais e Políticas	*Efectivos*	99	205	304
	Média	141.7	146.7	145.1
Ciências Sociais	*Efectivos*	45	126	171
	Média	139.9	148.2	146.0
Educação Infantil e Básica	*Efectivos*	3	67	70
	Média	146.3	145.9	145.9
Educação e Psicologia	*Efectivos*	17	88	105
	Média	154.9	162.3	161.1
Engenharias	*Efectivos*	400	172	572
	Média	140.6	143.3	141.4
Letras e Ciências Humanas	*Efectivos*	22	122	144
	Média	136.9	142.5	141.6
Totais	*Efectivos*	694	964	1655
	Média	142.0	148.5	145.8

No que se refere às habilitações académicas da família foi igualmente realizada uma análise de variância que se revelou significativa (F=14.366;p<001) pelo que foram utilizados testes *Scheffé post-hoc* tendo em vista o estudo da direcção das diferenças encontradas. Este teste apontou para diferenças estatisticamente significativas ao nível das notas de candidatura entre: (i) alunos/as provenientes de famílias com o mais baixo nível académico (sem habilitações ou 1.° ciclo) e alunos/as oriundos/as de famílias com o ensino superior (p<.001) sendo a direcção da diferença favorável a estes últimos; (ii) alunos/as provenientes de famílias com o mais baixo nível académico e alunos/as originários/as de famílias com pós-graduações, possuindo os/as últimos/as notas de candidatura mais elevadas; (iii) alunos/as cuja família de pertença possuía como habilitação máxima o 2.° ciclo do ensino básico e alunos/as oriundos/as de famílias com o ensino superior (p<.001), com vantagem para este segundo grupo;(iv) alunos/as cuja família de pertença possuía como habilitação académica o 2.° ciclo e alunos/as originários/as de famílias com pós-graduações (p<.05), com vantagem para os últimos e (v) alunos/as provenientes de famílias com o 3.° ciclo e entre alunos/as cuja família de pertença apresentava um curso superior (p<.01), sendo os últimos os que obtiveram notas de candidatura mais elevadas.

Conclusões

De uma forma geral, pode-se considerar que tanto o género como a origem social do agregado familiar assumem bastante relevância na explicação de condições e comportamentos de alunos e alunas que se encontram na Universidade do Minho e, possivelmente, nas demais instituições de Ensino Superior. Tais variáveis comportam diferenças quando consideramos a escolha dos cursos e da Universidade a frequentar, as razões invocadas para as opções tomadas e as notas de candidatura obtidas para ingresso no ensino superior, entre outras. Todos estes aspectos, salientando a diferenciação social dos alunos em termos do acesso ao Ensino Superior, deixam bastantes dúvidas sobre a real concretização do sucesso em todos os estratos sociais (democratização do ensino), pois os dados obtidos demonstram o impacto dos percursos escolares anteriores (notas de candidatura associadas à origem social dos alunos) ao mesmo tempo que se infere dos dados que alunos socialmente distintos tendem a partilhar representações também elas distintas a propósito do prestígio associado aos diversos cursos universitários.

A variável género influi, quer porque se observa uma maior percentagem de elementos do sexo feminino a frequentar a Universidade do Minho, quer porque (devido às médias de candidatura mais elevadas que as do sexo masculino) lhes dá prioridade na escolha deste mesmo estabeleci-

mento de ensino, quer porque nas razões invocadas para a escolha desta Universidade, as alunas assinalam mais significativamente que os rapazes as médias acessíveis e os recursos económicos. Os rapazes, por sua vez, dão preferência à qualidade de ensino, aos amigos, à vida académica e ao sair de casa. Saliente-se, ainda, que a nota de candidatura é significativamente favorável ao sexo feminino, o que parece, de algum modo, entrar em contradição com o motivo acima referido de preferirem esta Universidade pela acessibilidade das médias de acesso.

O género tem também um peso considerável no que toca ao curso escolhido, podendo-se verificar, quando se considera a categoria feminina e masculina como um todo, a manutenção dos estereótipos de género associados aos cursos. As raparigas encontram-se predominantemente distribuídas pelas letras e ensino e os rapazes pelas ciências, engenharias e tecnologias em geral.

Quando cruzamos o género com as habilitações escolares dos pais, relativamente ao curso frequentado, notamos que o grupo feminino se torna menos homogéneo. As raparigas cujos pais apresentam maiores habilitações académicas escolhem cursos menos tipicamente femininos e, consequentemente, de maior prestígio. Comparativamente, as raparigas com pais com menores habilitações escolares optam em elevada percentagem, por cursos ligados ao ensino e às letras (sendo a economia, o ensino de matemática, a gestão e a engenharia civil excepções), considerados de menor prestígio e remuneração.

Nos alunos do sexo masculino, tanto pertencentes a agregados familiares com baixas como com elevadas habilitações, existe um padrão idêntico em termos dos tipos de cursos frequentados. A única excepção, digna de nota, é a maior frequência pelos rapazes provenientes dos meios sócio-culturais mais elevados do curso de psicologia, deixando antever a existência nestes meios de uma maior flexibilidade face a imagens de masculinidade dominantes ou hegemónicas (Connell, 1987, 1995, 1996).

O cruzamento do sexo com as habilitações académicas dos pais aponta para outro efeito diferenciador indo de encontro aos resultados de outros estudos (Mendes, 1998). Existe na Universidade do Minho uma maior representação de alunas provenientes de meios sócio-culturais mais desfavorecidos (agregado familiar com menores habilitações escolares). Estes resultados levam a pensar que os rapazes de origens sociais mais desfavorecidas abandonam mais precocemente o sistema escolar, seja porque têm mais dificuldade que as raparigas, da mesma origem social, em obter os níveis de sucesso escolar necessário para entrar no ensino superior, seja porque seguem outros caminhos na entrada na vida activa, que os pode afastar da continuação do percurso escolar.

Relativamente à nota de candidatura, as classificações mais elevadas são obtidas simultaneamente pelas raparigas, como um todo, e de uma

forma geral pelos alunos e alunas cujo agregado familiar apresenta maiores habilitações académicas.

Finalmente, a origem social dos alunos e alunas influi, significativamente, sobre o modo como são percepcionadas as vantagens da universidade (razões invocadas para a escolha desta Universidade). Os alunos e alunas com uma origem social mais elevada valorizam a qualidade de ensino e a vida académica que a U.M. lhes pode proporcionar, bem como a possibilidade de sair de casa, ou seja, revelam uma maior valorização dos aspectos sociais e culturais da vida académica. Por outro lado, os alunos e alunas provenientes de meios sociais mais desfavorecidos conferem maior significado à proximidade geográfica da Universidade, ao aspecto económico e as médias de acesso acessíveis devido, provavelmente, a contingências económicas associadas à frequência do Ensino Superior.

As condições de acesso ao ensino superior são democráticas. As regras, os requisitos e os procedimentos são públicos, transparentes e, salvaguardados alguns concursos de excepção, são iguais para todos. O facto de as regras, os requisitos e os procedimentos serem «universais» não significa, porém, que todos tenham os mesmos recursos para os interpretar e preencher. Igualdade no acesso não implica igualdade de oportunidades ao acesso. Não há igualdade de oportunidades que resista à desigualdade de condições e de percursos. Se é verdade que as barreiras e as diferenças diminuíram ou se esbateram nas últimas décadas, também não é menos verdade que algumas desigualdades e distinções subsistem, tal como o pudemos comprovar, em várias vertentes, no que ao género e à origem social se refere.

Referências

ALMEIDA, L. S., VASCONCELOS, R., MACHADO, C., SOARES, A. P. & MORAIS, N. (2002), «Perfil escolar e sócio-demográfico dos candidatos ao Ensino Superior: O caso dos estudantes da Universidade do Minho», *in* A. S. Pouzada, L. S. Almeida & Vasconcelos, R. M. (Eds.), *Contextos e dinâmicas da vida académica*, Guimarães, Conselho Académico, Universidade do Minho.

BALSA, C., SIMÕES, J. A., Nunes, P., Carmo, R. & Campos, R. L. (2001), *Perfil dos estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e diferenciação*, CEOS, Lisboa Edições Colibri.

BETZ, N. E. & FITZGERALD, L. F. (1987), *The career psychology of women*, Orlando, Academic Press.

BETZ, N. E. & HACKETT, G. (1997), «Applications of self-efficacy theory to the career development of women», *Journal of Career Assessment*, 5, pp. 383-402.

BOURDIEU, P. (1966). «L'école conservatrice: Les inegalités devant l'école et la culture», *Revue Française de Sociologie*, 7 (3), pp. 325-347.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. (1970), *La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Les Editions de Minuit.

BRAGA DA CRUZ, M., CRUZEIRO, M. E., RAMOS, A., LEANDRO, E., NUNES, J. S., MATIAS, N., PEDROSO, P., ROBINSON, M. G. & CAVACO, V. (1995), *O desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal: Situação e problemas de acesso*, Lisboa, Departamento de Programação e Gestão Financeira, Ministério da Educação.

CABRITO, B. G. (2001), «Universidade e reprodução social», *Revista de Educação*, X, 2, pp. 25-37.

CONNELL, R. (1995), *Masculinities*, Sydney: Allen & Unwin.

CONNELL, R. (1996). «Teaching the boys: New research on masculinity, and gender strategies for schools», *Teachers College Record*, *98*, 2, 206-235.

CONNELL, R. (1987), *Gender and power*. Cambridge: Polity Press.

DAWSON-THREAT, J. & HUBA, M. E. (1996), «Choice of major and clarity purpose among college seniors as a funtion of gender, type of major, and sex-role identification», *Journal of College Student Development*, 37, pp. 297-308.

EURYDICE (2003), Key *data on education in Europe 2002*. Bruxelas, Comissão Europeia.

GAGO, J. M., AMARAL, J. F., GRÁCIO, S., RODRIGUES, M. J., FERNANDES, L., RUIVO, B., AMBRÓSIO, T., SILVA, C. M., DUARTE, T., TEIXEIRA, M., PROENÇA, L., ALVES, M. G. & LISBOA, M. (1994), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, Departamento de Programação e Gestão Financeira, Ministério da Educação.

GIANAKOS, I. & SUBICH, L. M. (1988), «Student sex and sex role in relation to college major choice», *The Career Development Quarterly*, 36, pp. 259-268.

GIROUX, H. A. (1994), «Hacia una pedagogia de la política de la diferencia», *in* H. A. Giroux & R. Flecha (Eds.), *Igualdade educativa y diferencia cultu*ral, Barcelona, El Roure Editorial.

GOTTFREDSON, L. S. (1981), «Circumscription and compromise: A developmental theory of occupational aspirations», *Journal of Counseling Psychology*, 28, pp. 545-579.

LACKLAND, A. C. & DELISI, R. (2001), «Students' choices of college majors that are gender traditional and non-traditional», *Journal of College Student Development*, 42, pp.39-47.

MACCOBY, E. E. (1980), *Social development: Psychological growth and the parent-child relationship*, New York, Hartcourt Brace Janovitch, Inc.

MCLAREN, P. (1986), *Schooling as a ritual performance*, London, Routledge & Kegan Paul.

MCLAREN, P. (1998), *Life in schools: An introduction to critical pedagogy in the foundations of education*, New York: Longman.

ME-DGES (1999), *O Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral do Ensino Superior, Ministério da Educação.

MENDES, J. M. (1998), «Class structure and intergenerational mobility in Portugal: The importance of gender and skills», *in* V. Ferreira, T. Tavares & S. Portugal (Eds.), *Shifting bonds, shifting bounds: Women, mobility and citizenship in Europe*. Oeiras, Celta Editora.

SAAVEDRA, L. (2001), *Vozes de sucesso, vozes (silenciadas) de fracasso: Género e classe social na escola*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

SAAVEDRA, L. (2001a), Sucesso/insucesso escolar: A importância do nível sócio-económico e género, *Psicologia*, XV, 1, pp. 67-92.

SHAFFER, D. R. (1994), *Social and personality development*, Califórnia, Brooks/Cole Publishing Company.

SOARES, A. P. (2003), *Transição para o Ensino Superior: Construção e validação de um modelo multidimensional de ajustamento de jovens ao contexto universitário*, Dissertação de doutoramento, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.